

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2022

O MUNICÍPIO DE SALGUEIRO/PE, através de seu Pregoeiro, designada pela Portaria nº 232/2022, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, através do site www.bnc.org.br, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS : 02 de dezembro de 2022 às 08h00min, horário de Brasília.
Encerramento de recebimento das propostas: 20 de dezembro de 2022 às 08h00, horário de Brasília.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 20 de dezembro de 2022 às 09h00, horário de Brasília.

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: www.bnc.org.br

O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço eletrônico:
<https://www.salgueiro.pe.gov.br/servicos-licitacoes.html>

1. **DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de brinquedos para parquinhos e brinquedoteca das Escolas da Rede Municipal de Educação de Salgueiro, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço **POR ITEM**, observadas as exigências, conforme tabela constante do Termo de Referência, sendo o valor total máximo aceitável para esta aquisição R\$ **1.498.209,06** (Um milhão quatrocentos e noventa e oito mil duzentos e nove reais e seis centavos).

1.2.1. Os itens desta licitação estão reservados à participação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com redação da LC nº 147/2014, exceto os itens 002, 005, 008 e 020 aberto a ampla concorrência.

1.3. Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

I - Termo de Referência;

II - Declaração de cumprimento das condições de habilitação;

III - Declaração de cumprimento das condições de habilitação para ME e EPP;

IV – Declaração (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal)

V – Declaração (Ausência de Parentesco);

VI - Modelo de Proposta de Preços

VII - Minuta da Ata de Registro de Preço;

VIII – Minuta do Contrato.

2. **DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O órgão gerenciador/participante será a Prefeitura Municipal de Salgueiro/Secretaria de Educação.

2.2. Poderá utilizar-se do presente contrato, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras e na Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

2.3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação quaisquer empresas, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.1.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas que se enquadrem como ME ou EPP, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

3.2.2. As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

3.2.3 Em dissolução ou em liquidação;

3.2.4. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.5. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

3.2.6. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.2.7. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993

3.2.10. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.2.11. Empresas das quais participe no quadro societário, pessoa física com qualquer vínculo empregatício com o Município de Salgueiro/ PE.

3.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.

4.2. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.3. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras;

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital (ANEXO II);

c) O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras,

4.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo III para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar

nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pela Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

6. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS:

6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.4 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

6.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A proposta de preço deverá ser cadastrada até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do sistema eletrônico quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas;

7.1.1. O licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta os documentos de habilitação, elencados no item 11 deste edital e após o cadastramento da proposta inicial, conforme disposto nos **art. 25 e 26 do DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019**:

7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor estimado do objeto **ITEM**;

b) Descrição do objeto, indicando, quando for o caso, o quantitativo, marca e as especificações dos materiais.

c) Até o horário previsto para o encaminhamento da Proposta de Preços, deverá o licitante, sob pena de desclassificação da proposta, sem proceder qualquer tipo de identificação, enviar em anexo no sistema, sua proposta, com todas as especificações constantes no termo de referência, além de valores unitários e valores totais.

7.6. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, deverá conter:

a) Preços total do item, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

b) No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, transporte, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

c) Prazo da execução do serviço, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

7.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

8.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeiro e os licitantes.

9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

9.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.

9.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em

primeiro lugar.

9.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,05(cinco centavos)**.

Explicação: Adotado o modo de disputa aberto e fechado, a previsão do item acima de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é facultativo, conforme Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

O subitem acima poderá ser acrescentado para incluir intervalo mínimo de valor (em moeda corrente) ou de percentuais entre os lances, que implique repercussão financeira que efetivamente diferencie uma proposta da outra, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2013, e do art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.

9.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.8. No caso de desconexão com a Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.9. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeiro aos participantes.

9.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.12. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.13. O sistema identificará os preços ofertados pelas ME/EPP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

9.14. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.15. Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

9.16. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

9.17. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

9.18. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

9.19. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens eserviços:

9.19.1. Produzidos no País;

9.19.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

9.19.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

9.19.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

9.20. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, a Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.21. Após a negociação do preço, a Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.2. O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

10.3. A Pregoeiro poderá solicitar em “chat” ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.

10.5. Havendo necessidade, a Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, a Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

10.7. Nessa situação, a Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.8. No julgamento das propostas, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Constatada a existência de sanção, a Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3. Para a habilitação, o licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta os documentos de habilitação a seguir relacionados exclusivamente para o sistema BNC, na aba específica, após o cadastramento da proposta inicial (**art. 25 e 26 do DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019**):

11.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a1) Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

b1) Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

e) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;

11.5.1.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

11.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

11.3.2.1. Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

11.3.2.2. Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e art. 4º §1º do Decreto Federal nº 8.538/2015. Considera-se restrição, ensejando a aplicação do § 1º, do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 126/2006, a não apresentação da referida documentação, bem como a verificação da não regularidade fiscal e trabalhista, pela Pregoeiro, na sessão, por intermédio de consultas a sites oficiais.

11.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **90 (noventa)** dias contados da data da sua apresentação;

a1) As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

b) Balanço Patrimonial do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, registrado na Junta Comercial, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

b.1) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa

licitante. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantadas, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados;

3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES NACIONAL" e Decreto 8.538/2015:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

4) Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.2) A licitante deverá apresentar **memorial de cálculo**, com base no Balanço do último exercício social, comprovando a boa situação financeira da empresa, de acordo com os seguintes índices:

a) Liquidez Corrente	LC	=	$\frac{AC}{PC}$
b) Liquidez Geral	LG	=	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$
c) Solvência Geral	SG	=	$\frac{AT}{PC + ELP}$

AC – Ativo Circulante

RLP – Realizável a Longo Prazo

PL – Patrimônio Líquido

ET – Exigível Total

PC – Passivo Circulante

ELP – Exigível a Longo Prazo

AT - Ativo Total

b.3) A licitante que apresentar resultado **menor do que 1,00 (um)**, em qualquer um dos índices acima referidos deverá comprovar o **Patrimônio Líquido** correspondente à pelo menos **10% (dez por cento)** do valor do total do serviço. A licitante que não apresentar o memorial de cálculo dos índices, a comissão se reserva o direito de calcular.

b.4) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

b.5) Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, só será aceito mediante recibo de entrega emitido pelo Sistema, de acordo com o Decreto nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016.

11.3.4. Documentos Complementares:

a) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

11.3.5. Relativos à Qualificação Técnica

a) Atestado (s) técnico (s) expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor, que comprove (m) ter a empresa licitante fornecido, de maneira satisfatória e a contento ou vulto similar com o objeto da presente licitação.

11.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

11.5. No caso de inabilitação, a Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.6. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.8. No julgamento da habilitação, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

11.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.10. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.11. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

11.12. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

11.13. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.14. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pela Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser encaminhada diretamente no sistema, conforme o disposto no item 7.6 deste edital, na aba documentos complementares pós-disputa, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeiro.

12.1.1 No mesmo prazo de apresentação da Proposta de Preços do 1º colocado, é facultado à Pregoeiro exigir as propostas dos demais classificados, tantos quantos necessários, quando pertinente para agilização do procedimento;

12.2. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.3. Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta contada no registro do pregão.

12.4. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.6. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, no prazo de 15 (quinze) minutos de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, havendo quem se manifeste, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência dessedireito.

13.3. Cabe à Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

13.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pela Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

13.5. O acolhimento de recurso, pela Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura do Ata de Registro de preços, a qual, após, cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

15.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após, feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o Contrato.

15.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia do Contrato aos órgãos participantes, se houver.

16. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

16.1. A alteração do contrato e o cancelamento do registro do fornecedor deverão ser feitas junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

17. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES E PRAZO DE VIGÊNCIA

17.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

17.2. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666.

17.3. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

17.4. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado no sistema para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

17.5. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

17.6. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.7. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

17.8. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

17.9. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

17.10. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.11. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

17.12. Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta do contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 31 de dezembro, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, e na minuta do instrumento de Contrato.

19. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

20.2. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

20.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

20.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

20.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente processo, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação, conforme disposto no artigo 7º, §2º do Decreto Federal nº 7.892/2013.

22. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

22.1.1. Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade;

22.1.2. Apresentar documentação falsa;

22.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

22.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

22.1.6. Cometer fraude fiscal;

22.1.7. Fizer declaração falsa;

22.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

22.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

22.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.4. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

22.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.7. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

22.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

23.1.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

23.2. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeiro em contrário.

23.4. É facultada à Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.4.1. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, não será permitida a inclusão de novos documentos, apenas informação necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

23.5. No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

23.7. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

23.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

23.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.13. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da Pregoeiro;

23.14. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

23.15. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **12** horas.

23.16. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

23.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Salgueiro, Estado de Pernambuco.

Salgueiro/PE, 16 de novembro de 2022.

Johan Solano da Silva
Pregoeiro

Este edital foi revisado pela Assessoria Jurídica do Município conforme preceitua o Art. 38, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.
Assessor jurídico

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO.

A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de brinquedos para parquinhos e brinquedoteca das Escolas da Rede Municipal de Educação de Salgueiro, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA.

Os espaços destinados ao lazer contribuem para o desenvolvimento e a formação da criança através da brincadeira, e são uma forma de ligar o aprendizado à diversão e ao prazer. Dentre as vantagens de implantar esses equipamentos em espaços escolares estão:

- Estímulo do convívio social: O ato de brincar junto é um estímulo ao convívio e à interação social. Usar espaços como parquinhos é uma forma de as crianças desenvolverem características importantes que fazem parte da formação social na educação.
- Desenvolvimento da imaginação: Os parquinhos são espaços onde os pequenos conseguem explorar as mais variadas cores, formas e texturas — e, desta forma, desenvolver a criatividade e a imaginação;
- Incentivo à prática de atividades físicas: Correr, pular, subir e descer escadas, brincar no balanço, na gangorra, no gira-gira, e nos mais variados atrativos dos parquinhos, estimula a atividade física e tira as crianças de um possível sedentarismo.

3.DA ENTREGA PELO VENCEDOR

- 3.1. Os objetos deste processo deverão ser entregues dentro do prazo de 20 dias corridos, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento;
- 3.2. Os objetos solicitados deverão ser novos, sem uso anterior, respeitando as discriminações contidas neste termo de referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor;
- 3.3. Os objetos deverão ser entregues em local determinado pela Diretoria da Educação com horário de funcionamento das 07:30 às 11:00 e das 13:00 às 16:00, na rua audísio rocha sampaio, l 14°, q.01, loteamente novo salgueiro, nº 1893, bairro adalberto alves de sá.
- 3.4. Os Brinquedos deverão ser entregues, montados e instalados quando necessário nos endereços a serem indicados na autorização de fornecimento;
- 3.5. Ao apresentar qualquer irregularidade na qualidade do produto ou defeito, a unidade requisitante entrará em contato com o fornecedor, para que faça a troca do produto ou do módulo do brinquedo.
- 3.6. Os itens deverão ser entregues em sua embalagem original, sem estar violada e em condições de transporte e acondicionamento indicado pelo fabricante, com informação de lote, fabricação e validade.
- 3.7. Os itens deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas constante neste instrumento, na forma prevista na proposta naquilo que não o contraria, dentro dos prazos estabelecidos.

4. DA GARANTIA

- 4.1. Os itens deverão ter garantia mínima de 3 anos sobre coloração/pigmentação, exposto ao tempo, e garantia mínima de 12 meses, contra defeitos de fabricação, contados da data de entrega;
- 4.2. Todos os objetos fornecidos deverão ser garantidos pelo proponente, de acordo com a qualidade para eles exigida;
- 4.3. Quaisquer defeitos constatados na vigência do prazo de garantia de 12 (doze) meses, contados da entrega definitiva, deverão ser imediatamente corrigidos, ou efetuadas as substituições necessárias, nos prazos fixados pelo município, por conta e risco da contratada;
- 4.4. Qualquer avaria, defeito ou outra circunstância que impeça o objeto contratado de produzir a utilidade a que

se destina, devendo ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento, pelo fornecedor, da expressa notificação pelo município de Salgueiro.

5. DO RECEBIMENTO DOS BRINQUEDOS

5.1. A atestação do objeto contratado, somente ocorrerá se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidade ou caso os bens e materiais estejam fora dos padrões determinados, à contratante solicitará a regularização no prazo de até 10 (dez) dias corridos.

5.2. O atraso na regularização acarretará nas penalidades previstas no Edital.

6. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.1. Comunicar à contratada sobre quaisquer irregularidades dos produtos fornecidos;

6.2. Rejeitar os brinquedos que não atendam aos requisitos das especificações constantes no Edital; 6.4. Fiscalizar o fornecimento dos brinquedos, zelando pelo fiel cumprimento da presente Ata de Registro de preço, promovendo seu recebimento, conferindo a qualidade, especificação exigida dos mesmos, assim como os preços apresentados, reservando-se o direito de rejeitar no todo ou em parte os brinquedos que atenderem as especificações técnicas pactuadas.

6.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora/contratada durante o prazo da Ata de Registro de Preço;

6.4. Supervisionar a execução do presente Contrato por meio do Fiscal do Contrato a ser indicado pelo Contratante, verificando se todas as obrigações previstas neste Contrato estão sendo cumpridas pela Contratada;

6.5. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Contrato;

6.6. Notificar, por escrito, a Contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento do material, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;

6.7. Rejeitar no todo ou em parte a prestação dos materiais em desacordo com o previsto no presente Contrato e no respectivo Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Manter-se, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade nas obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 - Compromete-se a entregar os produtos na forma da sua apresentação na proposta, comprovando a marca, validade, procedência e demais características dos produtos, os quais serão conferidos pela contratante.

7.3 - Substituir os produtos recusados, após notificação, no local de entrega e no prazo ajustado.

7.4 - Todas as despesas decorrentes de seguros, transportes, tributos, embalagem, correrão por conta exclusiva da empresa contratada.

7.5 - Entregar os produtos nas quantidades e prazos estabelecidos, de acordo com as especificações técnicas constantes no Edital.

7.6 - Qualquer despesa com transporte e/ou frete, carga/descarga, ou demais custos relativos à entrega do objeto licitado, correrão por conta da empresa vencedora do certame.

7.7 - Deverão estar inclusos no preço, mão de obra e todo o material necessários à instalação dos itens.

8. AVALIAÇÃO DO CUSTO E PAGAMENTO

8.1. O custo estimado da contratação e o respectivo valor máximo foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares, no valor de R\$ **1.498.209,06** (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil duzentos e nove reais e seis centavos) conforme Anexo Único.

8.2 O pagamento fica condicionado ao recebimento da nota fiscal/fatura discriminativa apresentada, e realização de conferência dos fornecimentos, sendo pago em até 30 dias após o recebimento dos brinquedos.

9. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

10.DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

11.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1.A dotação orçamentária e as fontes dos recursos financeiros para a cobertura das despesas serão realizadas pela Secretaria de Educação conforme dotação orçamentária abaixo. O preço médio da aquisição dos materiais será de acordo com a planilha do Anexo Único.

2715- FICHA: 2105
2810- FICHA: 2128
2734- FICHA: 2242
2735- FICHA: 2255
2739- FICHA: 2282
2740- FICHA: 2286
2741- FICHA: 2289

Salgueiro, 27 de outubro de 2022

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
PORTARIA 43/2022

CHEFE DE SETOR DE ALMOXARIFADO, MATERIAL E PATRIMÔNIO
Port. 130/2021

ANEXO ÚNICO

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	UND. DE FORNEC.	QNT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
00/001	ESCORREGADOR GRANDE EM POLIETILENO – DESCRIÇÃO: RAMPA CONTÍNUA OU COM ONDULAÇÕES E UMA ESCADA DE DEGRAUS; FIXAÇÃO DA RAMPA À ESCADA ATRAVÉS DE BARRAS DE POLIETILENO LATERAIS OU CENTRAL; CORRIMÃO INCORPORADO À PRÓPRIA ESCADA, SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS NO TOPO DA ESCADA; TOPO DA ESCADA COM DUAS LATERAIS ALTAS PARA DAR SEGURANÇA; POLIETILENO PELO PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM, COMPOSTO COM ADITIVOS ANTI- ESTÁTICO E ADITIVO ANTI-UV QUE PROTEJAM CONTRA RAIOS SOLARES, GARANTINDO A COR DO PRODUTO; MATERIAIS QUE POSSIBILITEM A RECICLAGEM APÓS O TÉRMINO DA VIDA ÚTIL; PEÇAS MULTICOLORIDAS; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES: LARGURA: 59CM; ALTURA: 128CM; COMPRIMENTO: 205CM TOLERÂNCIA: +/- 5%. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UNIDADE	100	R\$ 479,67	R\$ 47.967,00
00/002	TÚNEL LÚDICO EM POLIETILENO PÚBLICO ALVO: CRIANÇAS A PARTIR DE 2 ANOS; CARACTERÍSTICAS: TÚNEL EM POLIETILENO EM ESTRUTURA ROTOMOLDADO, EM FORMATOS DIVERSOS; MÓDULOS AUTOENCAIXÁVEIS, VAZADOS PARA VISUALIZAÇÃO INTERNA E COM POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO; ESTRUTURAS QUE FUNCIONAM COMO ENTRADA E SAÍDA. ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS; COMPOSTO COM ADITIVOS ANTI-ESTÁTICO E ADITIVO ANTI-UV QUE PROTEJAM CONTRA RAIOS SOLARES, GARANTINDO A COR DO PRODUTO; MATERIAIS QUE POSSIBILITEM A RECICLAGEM APÓS O TÉRMINO DA VIDA ÚTIL; PEÇAS MULTICOLORIDAS; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES INTERNAS DO MÓDULO: LARGURA: 87 CM; ALTURA: 97 CM; COMPRIMENTO: 214 CM; TOLERÂNCIA: +/- 5% MANUAL DE INSTRUÇÃO: O PRODUTO DEVE CONTER MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS PARA MONTAGEM, INSTALAÇÃO E USO DO BRINQUEDO.	UNIDADE	100	R\$ 4.043,33	R\$ 404.333,00



00/003	CASINHA DE BRINQUEDO POSSUI TELHADO TEXTURIZADO EM FORMATO DE DUAS ÁGUAS, COM 2 JANELAS LATERAIS QUE ABREM E FECHAM E 2 PORTAS, SENDO UMA QUE ABRE E FECHA E UMA COM CERCA. CONTA COM ENTRADA PARA CORRESPONDÊNCIA NA PORTA. MONTAGEM E DESMONTAGEM FÁCEIS, DISPENSAM FERRAMENTAS. MATERIAL DE POLIPROPILENO, MEDINDO 102 CM X 90 CM X 109 CM (C X L X A) POR SER TOTALMENTE DESMONTÁVEL PODE SER LEVADA PARA QUALQUER LUGAR COM FACILIDADE E VOCÊ NÃO PRECISARÁ DE PARAFUSOS NEM FERRAMENTAS PARA MONTAGEM A CASINHA DE BRINQUEDO É FABRICADA COM MATERIAIS SUPER-RESISTENTES QUE GARANTEM A QUALIDADE, SEGURANÇA E DURABILIDADE DO PRODUTO	UNIDADE	56	R\$ 1.282,00	R\$ 71.792,00
00/004	KIT JOGO DE FUTEBOL GOLZINHO MINI TRAVE GOL INFANTIL + BOLA CARACTERÍSTICAS - O BRINQUEDO FUTEBOL GOL DE CRAQUE É A TRAVE COM ACESSÓRIOS PARA A CLÁSSICA BRINCADEIRA DE FUTEBOL PRA VER QUEM REALMENTE É O CRAQUE DA BOLA; - IDADE RECOMENDADA: A PARTIR DE 3 ANOS; - MATERIAL: TRAVE: PLÁSTICO / BOLA: BORRACHA; - MODELO: GOL DE CRAQUE. TAMANHOS/MEDIDAS COMPRIMENTO: 76 CM; ALTURA: 47 CM; PROFUNDIDADE: 40 CM. CE- BRI/BRICS 00127-14 NM 300/2002 CONTEÚDO TRAVES 01 TUBOS (32 CM); 02 TUBOS (39 CM); 02 TUBOS LONGOS (67,5 CM); 06 JUNÇÕES EM L; 01 BOMBA DE AR MANUAL; 01 REDE; 01 BOLA DE PLÁSTICO. GARANTIA DE 3 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNIDADE	130	R\$ 162,67	R\$ 21.147,10
00/005	GANGORRA PARA 01 LUGAR COM TEMÁTICA DE CAVALINHO, BASE CURVA, QUE GARANTE UM BALANÇO SUAVE E UNIFORME, ASSENTO ANATÔMICO, COM APOIO PARA AS COSTAS, APOIO PARA OS PÉS ANTIDERRAPANTE SENDO: PUNHOS GRANDES PARA QUE A CRIANÇA POSSA TER MAIOR SEGURANÇA AO UTILIZAR O BRINQUEDO, O BRINQUEDO DEVERÁ EMITIR SOM QUANDO MÓDULO É ACIONADO.PRODUTO DEVERÁ SER FABRICADO EM POLIETILENO PELO PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM, COMPOSTO COM ADITIVO ANTIESTÁTICO E ADITIVO ANTI-UV QUE PROTEJAM CONTRA RAIOS SOLARES E DESBOTAMENTO PROVOCADO PELO TEMPO (SOL E/OU CHUVA), GARANTINDO A COR E A RESISTÊNCIA DOS PRODUTOS, OS PRODUTOS DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE REBARBAS, ARESTAS PONTIAGUDAS E SALIÊNCIAS, DEVERÃO TER OS CANTOS ARREDONDADOS EM SEU ACABAMENTO, PEÇAS EM CORES DIVERSAS, NÃO TÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE NO MÍNIMO DE LARGURA: 28CM X COMPRIMENTO 80,5CM X ALTURA 52CM, SERÁ ACEITA VARIAÇÃO DE 10% NAS MEDIDAS. COM	UNIDADE	60	R\$ 2.180,67	R\$ 130.840,20



	CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. MONTADO PELO FORNECEDOR				
00/006	GANGORRA DE 2 LUGARES: GANGORRA COM MANOPLAS DUPLAS; BASE PARA APOIO DOS PÉS ANTIDERRAPANTE; ASSENTO ANATÔMICO E ANTIDERRAPANTE; ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS; POLIETILENO PELO PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM, COMPOSTO COM ADITIVOS ANTI-ESTÁTICO E ADITIVO ANTI-UV QUE PROTEJAM CONTRA RAIOS SOLARES, GARANTINDO A COR DO PRODUTO; MATERIAIS QUE POSSIBILITEM A RECICLAGEM APÓS O TÉRMINO DA VIDA ÚTIL; EM DIVERSAS CORES; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES: LARGURA: 40CM, ALTURA: 47CM, COMPRIMENTO: 115CM. TOLERÂNCIA: +/- 5%. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UNIDADE	60	R\$ 120,18	R\$ 7.210,80
00/007	BALANÇO DOIS LUGARES GALVANIZADAAltura: 2 METROS.LARGURA: 2 METROS.COMPRIMENTO: 1,30M.PESO MÁXIMO SUPOSTADO: 75KG EM CADA ASSENTO.MATERIAIS: FERRO, MADEIRA E ACABAMENTO COM TINTA AUTOMOTIVA.IDADE RECOMENDADA: DE 3 A 10 ANOS.OS PÉS DO BRINQUEDO NÃO POSSUEM BASE PARA FIXAÇÃO COM PARAFUSOS DIMENSÕES (LXAXP): 120X100X120 CM PESO: 45000G	UNIDADE	50	R\$ 626,58	R\$ 31.329,00
00/008	PETIT PLAY COM BALANÇO BEBÊ - 1 MÓDULO EM FORMATO HEXAGONAL, MEIA PLATAFORMA, ESCADA DE APOIO E DE ACESSO À MEIA PLATAFORMA, ESCORREGADOR RETO PEQUENO, ESCORREGADOR CURVO PEQUENO, ESCALADA PEQUENA, PORTINHA MEDIEVAL COM VISOR NA PARTE SUPERIOR E ABERTURA FEITA ATRAVÉS DE UMA CORDINHA; IDADE RECOMENDADA: 2 A 5 ANOS MANUAL DE INSTRUÇÕES: SIM MATERIAL DO PRODUTO: POLIETILENO ROTOMOLDADO SUPER RESISTENTE MEDIDAS: 325 x 330 x 148 CM (CXLXA) - 2 PAREDES EM "V" COM A PARTE SUPERIOR DAS PAREDES EM FORMA DE AMEIAS (COMO UM CASTELO), 1 PEÇA EM FORMA DE ARCO E ABERTURAS INFERIORES EM FORMATO DE SEMI-CÍRCULO PARA PASSAGEM; - 1 TABELINHA DE BASQUETE COM TABELA E ARO; - 1 CAVALETE PLÁSTICO COM TIMÃO QUE GIRA DE VERDADE E CONECTOR INSTALADO NA PARTE SUPERIOR DA PAREDE E 1 TIRANTE HORIZONTAL PARA PENDURAR 2 BALANCINHOS EM FORMA DE JATINHO; - 2 BALANCINHOS EM FORMA DE JATINHO (BALANÇO JET) COM ABERTURAS PARA PASSAGEM DAS PERNAS DA CRIANÇA E 2 PEÇAS LATERAIS EM FORMA DE JOYSTICK QUE SE MOVIMENTAM PARA A FRENTE E PARA TRÁS PELA AÇÃO DA CRIANÇA. CERTIFICADO PELO INMETRO E POSSUI GARANTIA DE 1 ANO PELO PRÓPRIO FABRICANTE, CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	30	R\$ 6.106,33	R\$ 183.189,90



00/009	<p>BANDINHA RÍTMICA: A BANDINHA RÍTMICA FOI ELABORADA PRINCIPALMENTE COMO FORTE ALIADA NA MUSICALIZAÇÃO INFANTIL NAS ESCOLAS, PORÉM POSSUI DIVERSAS FUNCIONALIDADES. ENTRE ELAS, DESTACA-SE SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO IMPORTANTE EM TRATAMENTOS FONOAUDIOLÓGICOS E PARA O DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA. POR SE TRATAR DE MANUSEIO INFANTIL, SÃO UTILIZADOS MATERIAIS ATÓXICOS EM SUA FABRICAÇÃO. *PRODUTO RECOMENDADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS. ESPECIFICCAÇÕES: NO KIT CONTÉM 20 INSTRUMENTOS MUSICAIS SENDO ELES: - AFUCHÊ - AGOGÔ - BLACK BLACK - CASTANHOLA COM CABO - CHOCALHO - CLAVE DE RUMBA - COCO (EM PLÁSTICO) - FLATUA DOCE - GANZÁ - MARACA - PANDEIRO (EM PVC) - PANDEIRO PASTORIL - PLATINELA - PRATO - SINO - SURDO GIGANTE (EM PVC) - SURDO MOR (EM PVC) - TAMBOR (EM PVC) - TRIÂNGULO - CAMPANELA - MÉTODO PARA BANDINHA - (MANUAL) OS TAMBORES E PANDEIRO NÃO SÃO DE ANIMAL, SÃO DE PLÁSTICO (PVC). GARANTIA APENAS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO - NÃO COBRIMOS O MAU USO DOS INSTRUMENTOS.</p>	UNIDADE	50	R\$ 626,58	R\$ 31.329,00
00/010	<p>BASQUETE TOT SPORTS: UM BRINQUEDO QUE DESENVOLVE A HABILIDADE E COORDENAÇÃO MOTORA E SOCIAL DAS CRIANÇAS. POSSUI UMA BASE DE APOIO QUE DEVE SER PREENCHIDA COM AREIA (NÃO INCLUSA) PARA DAR MAIOR ESTABILIDADE, INCLUI UMA BOLA (COR PODE VARIAR) E A TABELA NÃO É AJUSTÁVEL. MEDIDAS: AXLXC(CM): 153CM X 56CM X 61CM. PESO DO PRODUTO: 3,6 KG. IDADE SUGERIDA: A PARTIR DE 18 MESES A 3 ANOS. IGUAL OU SUPERIOR A LITTLE TIKES.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - CONTÉM. 1 CESTA DE BASQUETE, REDE PARA O ARO E 1 BOLA MACIA. - MATERIAL: PLÁSTICO. - MEDIDA DO PRODUTO: 134 CM (ALTUR) X 60 CM (LARG) X 56 CM (PROF). - PESO: 3,6 KG. - GARANTIA: 6 MESES</p>	UNIDADE	50	R\$ 570,67	R\$ 28.533,50
00/011	<p>BOLA CHOCALHO MACIA: BOLA COM SONS DE CHOCALHO. INCENTIVA A MOVIMENTAÇÃO DO BEBÊ. AUXILIA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA, PROPONDO DIFERENTES AÇÕES QUE ESTIMULAM A PERCEPÇÃO VISUAL, AUDITIVA E LÓGICA DE FORMA DIVERTIDA E LÚDICA. AS CORES PODEM VARIAR. CONTEÚDO DA EMBALAGEM 1 BOLA CHOCALHO. DIMENSÕES DO PRODUTO 10CM (DIÂMETRO DA BOLA). IDADE SUGERIDA A PARTIR DO NASCIMENTO. DIMENSÕES DA EMBALAGEM 12 X 11,5 X 11,5CM. GARANTIA 3 MESES MATERIAL DE PLÁSTICO</p>	UNIDADE	250	R\$ 25,91	R\$ 6.477,50



00/012	CAMA ELÁSTICA: 4,27M ESTRUTURA 100% EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, INCLUSIVE AS HASTES DE PROTEÇÃO. LONA DE SALTO COM PROTEÇÃO UV E SEM EMENDA. * PROTEÇÃO DE MOLAS COLORIDA. * LONA DE SALTO COM PROTEÇÃO UV E SEM EMENDA. * ESTRUTURA 100% EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, INCLUSIVE AS HASTES DE PROTEÇÃO. * REDE DE PROTEÇÃO INTERNA EM MATERIAL MUITO RESISTENTE. * PERFEITA PARA USO PROFISSIONAL E DOMÉSTICO. USE EM SÍTIOS, CASAS, ESCOLAS, BUFFETS E MUITO * PUXADOR DE MOLAS INCLUSO. * MUITO FÁCIL DE MONTAR, NÃO POSSUI PARAFUSO. ACOMPANHA ESCADA. DIÂMETRO: 4,27M MOLAS: 88 ALTURA DO CHÃO ATÉ A LONA: 90CM IMPACTO: 400KG PESO MÁXIMO: 100KG DIMENSÕES (LXAXP): 427X200X427 CM PESO: 85000G	UNIDADE	5	R\$ 3.284,00	R\$ 16.420,00
00/013	CAMINHÃO CAÇAMBA : MATERIAL DE PLÁSTICO SUPER RESISTENTE IDADE RECOMENDADA A PARTIR DE 3 ANOS . CHASSIS COMPLETAMENTE ARTICULADO. DIMENSÕES DO BRINQUEDO (C X L X A): 12,5X11, 5X24, 5. FAIXA ETÁRIA: +12 MESES.	UNIDADE	400	R\$ 35,79	R\$ 14.316,00
00/014	CARRINHO DE BONECAS: ELE POSSUI DETALHES IGUAIS A DE UM CARRINHO DE VERDADE, COM REGULAGEM DE ALTURA DA ALÇA, E CESTINHO PARA GUARDAR OBJETOS EMBAIXO DO CARRINHO. ESTE PRODUTO TEM APROVAÇÃO DE SEGURANÇA DO INMETRO TRAZENDO CONFORTO E SEGURANÇA PARA A CRIANÇA. ESPECIFICAÇÕES: RECOMENDADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS DIMENSÃO APROXIMADA: 55CM DE C X 35CM L X 73CM A POSSUI ALÇA REGULÁVEL DE ATÉ 73CM PESO APROXIMADO: 1,5 KG TECIDO: POLIÉSTER MATERIAL: FERRO UNIDADE: 1 CARRINHO	UNIDADE	400	R\$ 124,17	R\$ 49.668,00
00/015	TRICICLO INFANTIL : A CRIANÇA VAI SE DIVERTIR DE MONTÃO COM O TRICICLO ! IDEAL PARA OS QUE ESTÃO APRENDENDO A DAR AS PRIMEIRAS PEDALADAS, É ROBUSTO, COM CORPO DINÂMICO, ASSENTO ANATÔMICO COM BAIXA DISTÂNCIA DO SOLO PARA MAIOR CONFORTO DA CRIANÇA E SEGURANÇA NA HORA DE SUBIR E DESCER DO TRICICLO, GARANTINDO O CONFORTO E A SEGURANÇA DOS PEQUENOS. PARA TORNAR O PASSEIO AINDA MAIS DIVERTIDO! ESPECIFICAÇÕES: - RECOMENDADO À PARTIR DE 18 MESES - DIMENSÕES DO PRODUTO: (CLA) 57 X 40 X 45 CM - PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 20 KG - CERTIFICADO DE SEGURANÇA: INMETRO IDADE MÍNIMA RECOMENDADA PELO FABRICANTE: + 24 MESES DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM (AXLXC): 38 X 23 X 49 CMDIMENSÕES APROXIMADA DO PRODUTO (CXLXA) 56,5 X 38,5 X 43 (S/ HASTE) CMDIMENSÕES APROXIMADA DO PRODUTO C/ HASTE: (A): 84,1 CM PESO MÁXIMO SUPORTADO: 25 KGCOMPOSIÇÃO: PLÁSTICO CHAVE COM SOM CREC CREC.ASSENTO ANATÔMICOINMETRO: 01 TRICICLO, 01	UNIDADE	260	R\$ 101,18	R\$ 26.306,80

	CARTELA DE ADESIVO, 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES AS CORES DOS DESENHOS DO PRODUTO PODEM VARIAR DE ACORDO COM O LOTE DE FABRICAÇÃO				
00/016	CAVALINHO UPA UPA INFLÁVIL: CAVALINHO UPA UPA É UM BRINQUEDO DIVERTIDO E QUE TAMBÉM AJUDA NA COORDENAÇÃO E NO EQUILIBRIO DA CRIANÇA. FEITO DE VINIL ATÓXICO DE ALTA QUALIDADE E INFLÁVEL ELE É PEQUENO, COMPACTO E NÃO OCUPA ESPAÇO NA SUA CASA, PODENDO TAMBÉM SER LEVADO PARA PASSEIOS OU VIAGENS, GARANTINDO ASSIM A DIVERSÃO DA CRIANÇA. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES: FEITO EM VINIL ATÓXICO DE ALTA QUALIDADE, DENSIDADE E INFLÁVEL NA EMITE SOM DE CAVALGADA MEDIDAS APROXIMADAS: 52CM (COMPRIMENTO) X 46CM (LARGURA) IDEAL PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO AJUDA NA COORDENAÇÃO E NO EQUILIBRIO CONTEÚDO DO PACOTE: - 1 CAVALINHO UPA UPA PULA PULA INFLÁVEL EM VINIL NA- 1 DISPOSITIVO DE SOM PRODUTO NOVO	UNIDADE	200	R\$ 102,93	R\$ 20.586,00
00/017	COZINHA RIVA CHEF COMPLETA ROSA: COMPOSTA POR PIA, FOGÃO, FORNINHO MICROONDAS, PANELINHAS, PRATOS, COPOS E TALHERES E AINDA TEM RODINHAS NOS PÉS. DADOS TÉCNICOS; MEDIDAS: CXLXA (CM): 67 X 30 X 94 CM. PESO: 2,4 KG. IDADE SUGERIDA: ACIMA DE 3 ANOS. ACESSÓRIOS: 2 PANELINHAS, 2 PRATOS, 2 COPOS, 2 FACAS, 2 GARFOS, 2 COLHERES, 1 CONCHA, 1 ESPÁTULA. IGUAL OU SUPERIOR A CALESITA MATERIAL DE PLÁSTICO	UNIDADE	70	R\$ 167,43	R\$ 11.720,10
00/018	CUBOS EDUCATIVOS : CONJUNTO DE CUBOS . SÃO 10 PEÇAS COLORIDAS E MACIAS COM 6 ATIVIDADES EDUCATIVAS. PERMITE TRABALHAR O CONHECIMENTO DE NÚMEROS, DE LETRAS E OBJETOS, DADOS TÉCNICOS: MEDIDAS DO PRODUTO: 8 X 8 X 8 CM (CUBO). QUANTIDADE DE PEÇAS: 10 MATERIAL DE PLÁSTICO	UNIDADE	400	R\$ 37,87	R\$ 15.148,00
00/019	TELEFONE SONORO: O TELEFONE É SUPER DIVERTIDO. APERTE O BOTÃO E OUÇA O TELEFONE TOCAR. AS CRIANÇAS SE DIVERTEM NO MUNDO DO FAZ DE CONTA. COM O TELEFONE SONORO, ELAS SÃO INCENTIVADAS A CONVERSAR, ENQUANTO DESENVOLVEM A LINGUAGEM E TEM OS PRIMEIROS CONTATOS COM OS NÚMEROS. CONTEÚDO DA EMBALAGEM 1 TELEFONE SONORO. IDADE SUGERIDA A PARTIR DE 3 ANOS. DIMENSÕES DA EMBALAGEM 18,5 X 17 X 12CM. PESO: 300,00 G. PILHAS INCLUSAS. IGUAL OU SUPERIOR A ELKA MATERIAL: PLÁSTICO ATÓXICO	UNIDADE	200	R\$ 53,12	R\$ 10.624,00



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

00/020	FORMATO DEFINIDO DE BICHINHO OU QUALQUER OUTRO OBJETO. 7 SUPORTES DE APOIO DE CADA LADO. 4 SEGMENTOS CURVOS COM FUROS PARA VISUALIZAÇÃO INTERNA E COM POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO. 5 CONECTORES. 2 ESTRUTURAS CURVAS IGUAIS QUE FUNCIONAM COMO ENTRADA E SAÍDA, COM UM ADORNO NO FORMATO ESTILIZADO DE UMA CRIANÇA DE BRAÇOS ABERTOS. DIMENSÕES 2,06X1,10X1,10M MATERIAL PLÁSTICO ROTOMOLDADO	UNIDADE	100	R\$ 3.156,67	R\$ 315.667,00
	VALOR TOTAL				R\$ 1.498.209,06

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, ACEITAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2022

Prezados Senhores,
Declaramos sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

(Empresa e assinatura do responsável legal)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO AO REQUISITOS DA LC 123/2006

À
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2022

Eu, [nome do representante legal da empresa], portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº [nº do R.G.] - [órgão expedidor] e do CPF/MF nº [nº do CPF], representante da empresa [nome da empresa], CNPJ/MF nº _____, na condição de [MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE], declaro que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresento em documento anexo, [CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (CCMEI) ou CONTRATO SOCIAL].

Salgueiro, ____ de _____ de 2022

[Representante legal da empresa]
[CPF]

OBS: 1- As empresas não optantes pelo Simples Nacional deverão juntar toda a documentação necessária para comprovação de atendimento às exigências da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

À
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2022

DECLARAÇÃO _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos na condição de aprendiz ().

_____, de _____ de _____ de _____.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)

*em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO

À
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2022

Eu _____ [nome completo pessoa física], carteira de identidade nº _____ expedida pela _____ e CPF _____, declaro para fins de direito, sob as penas da Lei, que não sou servidor público municipal de que não possuo parentesco consanguíneo ou afim, até 3º grau, com funcionários públicos da Prefeitura Municipal de Salgueiro.

Local e data
Assinatura

Obs.: Em caso de sociedade empresarial, esta declaração deverá preenchida por cada sócio/administrador.

ANEXO VI

MODELO PROPOSTA DE PREÇO

Empresa
CNPJ
Endereço

À
PREFEITURA MUNICIPAL SALGUEIRO/PE
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2022

A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de brinquedos para parquinhos e brinquedoteca das Escolas da Rede Municipal de Educação de Salgueiro, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	UND. DE FORNEC.	QNT	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
00/001	ESCORREGADOR GRANDE EM POLIETILENO – DESCRIÇÃO: RAMPA CONTÍNUA OU COM ONDULAÇÕES E UMA ESCADA DE DEGRAUS; FIXAÇÃO DA RAMPA À ESCADA ATRAVÉS DE BARRAS DE POLIETILENO LATERAIS OU CENTRAL; CORRIMÃO INCORPORADO À PRÓPRIA ESCADA, SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS NO TOPO DA ESCADA; TOPO DA ESCADA COM DUAS LATERAIS ALTAS PARA DAR SEGURANÇA; POLIETILENO PELO PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM, COMPOSTO COM ADITIVOS ANTI-ESTÁTICO E ADITIVO ANTI-UV QUE PROTEJAM CONTRA RAIOS SOLARES, GARANTINDO A COR DO PRODUTO; MATERIAIS QUE POSSIBILITEM A RECICLAGEM APÓS O TÉRMINO DA VIDA ÚTIL; PEÇAS MULTICOLORIDAS; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES: LARGURA: 59CM; ALTURA: 128CM; COMPRIMENTO: 205CM TOLERÂNCIA: +/- 5%. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UNIDADE	100	R\$	R\$



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

00/002	<p>TÚNEL LÚDICO EM POLIETILENO PÚBLICO ALVO: CRIANÇAS A PARTIR DE 2 ANOS; CARACTERÍSTICAS: TÚNEL EM POLIETILENO EM ESTRUTURA ROTOMOLDADO, EM FORMATOS DIVERSOS; MÓDULOS AUTOENCAIXÁVEIS, VAZADOS PARA VISUALIZAÇÃO INTERNA E COM POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO; ESTRUTURAS QUE FUNCIONAM COMO ENTRADA E SAÍDA. ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS; COMPOSTO COM ADITIVOS ANTI-ESTÁTICO E ADITIVO ANTI-UV QUE PROTEJAM CONTRA RAIOS SOLARES, GARANTINDO A COR DO PRODUTO; MATERIAIS QUE POSSIBILITEM A RECICLAGEM APÓS O TÉRMINO DA VIDA ÚTIL; PEÇAS MULTICOLORIDAS; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES INTERNAS DO MÓDULO: LARGURA: 87 CM; ALTURA: 97 CM; COMPRIMENTO: 214 CM; TOLERÂNCIA: +/- 5% MANUAL DE INSTRUÇÃO: O PRODUTO DEVE CONTER MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS PARA MONTAGEM, INSTALAÇÃO E USO DO BRINQUEDO.</p>	UNIDADE	100	R\$	R\$
00/003	<p>CASINHA DE BRINQUEDO POSSUI TELHADO TEXTURIZADO EM FORMATO DE DUAS ÁGUAS, COM 2 JANELAS LATERAIS QUE ABREM E FECHAM E 2 PORTAS, SENDO UMA QUE ABRE E FECHA E UMA COM CERCA. CONTA COM ENTRADA PARA CORRESPONDÊNCIA NA PORTA. MONTAGEM E DESMONTAGEM FÁCEIS, DISPENSAM FERRAMENTAS. MATERIAL DE POLIPROPILENO, MEDINDO 102 CM X 90 CM X 109 CM (C X L X A) POR SER TOTALMENTE DESMONTÁVEL PODE SER LEVADA PARA QUALQUER LUGAR COM FACILIDADE E VOCÊ NÃO PRECISARÁ DE PARAFUSOS NEM FERRAMENTAS PARA MONTAGEM A CASINHA DE BRINQUEDO É FABRICADA COM MATERIAIS SUPER-RESISTENTES QUE GARANTEM A QUALIDADE, SEGURANÇA E DURABILIDADE DO PRODUTO</p>	UNIDADE	56	R\$	R\$



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

00/004	<p>KIT JOGO DE FUTEBOL GOLZINHO MINI TRAVE GOL INFANTIL + BOLA CARACTERÍSTICAS - O BRINQUEDO FUTEBOL GOL DE CRAQUE É A TRAVE COM ACESSÓRIOS PARA A CLÁSSICA BRINCADEIRA DE FUTEBOL PRA VER QUEM REALMENTE É O CRAQUE DA BOLA; - IDADE RECOMENDADA: A PARTIR DE 3 ANOS; - MATERIAL: TRAVE: PLÁSTICO / BOLA: BORRACHA; - MODELO: GOL DE CRAQUE. TAMANHOS/MEDIDAS COMPRIMENTO: 76 CM; ALTURA: 47 CM; PROFUNDIDADE: 40 CM. CE-BRI/BRICS 00127-14 NM 300/2002 CONTEÚDO TRAVES 01 TUBOS (32 CM); 02 TUBOS (39 CM); 02 TUBOS LONGOS (67,5 CM); 06 JUNÇÕES EM L; 01 BOMBA DE AR MANUAL; 01 REDE; 01 BOLA DE PLÁSTICO. GARANTIA DE 3 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.</p>	UNIDADE	130	R\$	R\$
00/005	<p>GANGORRA PARA 01 LUGAR COM TEMÁTICA DE CAVALINHO, BASE CURVA, QUE GARANTE UM BALANÇO SUAVE E UNIFORME, ASSENTO ANATÔMICO, COM APOIO PARA AS COSTAS, APOIO PARA OS PÉS ANTIDERRAPANTE SENDO: PUNHOS GRANDES PARA QUE A CRIANÇA POSSA TER MAIOR SEGURANÇA AO UTILIZAR O BRINQUEDO, O BRINQUEDO DEVERÁ EMITIR SOM QUANDO MÓDULO É ACIONADO.PRODUTO DEVERÁ SER FABRICADO EM POLIETILENO PELO PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM, COMPOSTO COM ADITIVO ANTIESTÁTICO E ADITIVO ANTI-UV QUE PROTEJAM CONTRA RAIOS SOLARES E DESBOTAMENTO PROVOCADO PELO TEMPO (SOL E/OU CHUVA), GARANTINDO A COR E A RESISTÊNCIA DOS PRODUTOS, OS PRODUTOS DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE REBARBAS, ARESTAS PONTIAGUDAS E SALIÊNCIAS, DEVERÃO TER OS CANTOS ARREDONDADOS EM SEU ACABAMENTO, PEÇAS EM CORES DIVERSAS, NÃO TÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE NO MÍNIMO DE LARGURA: 28CM X COMPRIMENTO 80,5CM X ALTURA 52CM, SERÁ ACEITA VARIAÇÃO DE 10% NAS MEDIDAS. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. MONTADO PELO FORNECEDOR</p>	UNIDADE	60	R\$	R\$



00/006	GANGORRA DE 2 LUGARES: GANGORRA COM MANOPLAS DUPLAS; BASE PARA APOIO DOS PÉS ANTIDERRAPANTE; ASSENTO ANATÔMICO E ANTIDERRAPANTE; ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS E COM LATERAIS ARREDONDADAS; POLIETILENO PELO PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM, COMPOSTO COM ADITIVOS ANTI-ESTÁTICO E ADITIVO ANTI-UV QUE PROTEJAM CONTRA RAIOS SOLARES, GARANTINDO A COR DO PRODUTO; MATERIAIS QUE POSSIBILITEM A RECICLAGEM APÓS O TÉRMINO DA VIDA ÚTIL; EM DIVERSAS CORES; NÃO TÓXICO. DIMENSÕES: LARGURA: 40CM, ALTURA: 47CM, COMPRIMENTO: 115CM. TOLERÂNCIA: +/- 5%. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UNIDADE	60	R\$	R\$
00/007	BALANÇO DOIS LUGARES GALVANIZADA Altura: 2 METROS. LARGURA: 2 METROS. COMPRIMENTO: 1,30M. PESO MÁXIMO SUPOSTADO: 75KG EM CADA ASSENTO. MATERIAIS: FERRO, MADEIRA E ACABAMENTO COM TINTA AUTOMOTIVA. IDADE RECOMENDADA: DE 3 A 10 ANOS. OS PÉS DO BRINQUEDO NÃO POSSUEM BASE PARA FIXAÇÃO COM PARAFUSOS DIMENSÕES (LXAXP): 120X100X120 CM PESO: 45000G	UNIDADE	50	R\$	R\$
00/008	PETIT PLAY COM BALANÇO BEBÊ - 1 MÓDULO EM FORMATO HEXAGONAL, MEIA PLATAFORMA, ESCADA DE APOIO E DE ACESSO À MEIA PLATAFORMA, ESCORREGADOR RETO PEQUENO, ESCORREGADOR CURVO PEQUENO, ESCALADA PEQUENA, PORTINHA MEDIEVAL COM VISOR NA PARTE SUPERIOR E ABERTURA FEITA ATRAVÉS DE UMA CORDINHA; IDADE RECOMENDADA: 2 A 5 ANOS MANUAL DE INSTRUÇÕES: SIM MATERIAL DO PRODUTO: POLIETILENO ROTOMOLDADO SUPER RESISTENTE MEDIDAS: 325 x 330 x 148 CM (CXLXA) - 2 PAREDES EM "V" COM A PARTE SUPERIOR DAS PAREDES EM FORMA DE AMEIAS (COMO UM CASTELO), 1 PEÇA EM FORMA DE ARCO E ABERTURAS INFERIORES EM FORMATO DE SEMI-CÍRCULO PARA PASSAGEM; - 1 TABELINHA DE BASQUETE COM TABELA E ARO; - 1 CAVALETE PLÁSTICO COM TIMÃO QUE GIRA DE VERDADE E CONECTOR INSTALADO NA PARTE SUPERIOR DA PAREDE E 1 TIRANTE HORIZONTAL PARA PENDURAR 2 BALANCINHOS EM FORMA DE JATINHO; - 2 BALANCINHOS EM FORMA DE JATINHO	UNIDADE	30	R\$	R\$

	(BALANÇO JET) COM ABERTURAS PARA PASSAGEM DAS PERNAS DA CRIANÇA E 2 PEÇAS LATERAIS EM FORMA DE JOYSTICK QUE SE MOVIMENTAM PARA A FRENTE E PARA TRÁS PELA AÇÃO DA CRIANÇA. CERTIFICADO PELO INMETRO E POSSUI GARANTIA DE 1 ANO PELO PRÓPRIO FABRICANTE, CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.				
00/009	BANDINHA RÍTMICA: A BANDINHA RÍTMICA FOI ELABORADA PRINCIPALMENTE COMO FORTE ALIADA NA MUSICALIZAÇÃO INFANTIL NAS ESCOLAS, PORÉM POSSUI DIVERSAS FUNCIONALIDADES. ENTRE ELAS, DESTACA-SE SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO IMPORTANTE EM TRATAMENTOS FONOAUDIOLÓGICOS E PARA O DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA. POR SE TRATAR DE MANUSEIO INFANTIL, SÃO UTILIZADOS MATERIAIS ATÓXICOS EM SUA FABRICAÇÃO. *PRODUTO RECOMENDADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS. ESPECIFICICAÇÕES: NO KIT CONTÉM 20 INSTRUMENTOS MUISCAIS SENDO ELES: - AFUCHÊ - AGOGÔ - BLACK BLACK - CASTANHOLA COM CABO - CHOCALHO - CLAVE DE RUMBA - COCO (EM PLÁSTICO) - FLATUA DOCE - GANZÁ - MARACA - PANDEIRO (EM PVC) - PANDEIRO PASTORIL - PLATINELA - PRATO - SINO - SURDO GIGANTE (EM PVC) - SURDO MOR (EM PVC) - TAMBOR (EM PVC) - TRIÂNGULO - CAMPANELA - MÉTODO PARA BANDINHA - (MANUAL) OS TAMBORES E PANDEIRO NÃO SÃO DE ANIMAIL, SÃO DE PLÁSTICO (PVC). GARANTIA APENAS PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO - NÃO COBRIMOS O MAU USO DOS INSTRUMENTOS.	UNIDADE	50	R\$	R\$
00/010	BASQUETE TOT SPORTS: UM BRINQUEDO QUE DESENVOLVE A HABILIDADE E COORDENAÇÃO MOTORA E SOCIAL DAS CRIANÇAS. POSSUI UMA BASE DE APOIO QUE DEVE SER PREENCHIDA COM AREIA (NÃO INCLUSA) PARA DAR MAIOR ESTABILIDADE, INCLUI UMA BOLA (COR PODE VARIAR) E A TABELA NÃO É AJUSTÁVEL. MEDIDAS: AXLXC(CM): 153CM X 56CM X 61CM. PESO DO PRODUTO: 3,6 KG. IDADE SUGERIDA: A PARTIR DE 18 MESES A 3 ANOS. IGUAL OU SUPERIOR A LITTLE TIKES.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - CONTÉM. 1 CESTA DE BASQUETE, REDE PARA O ARO E 1 BOLA MACIA. - MATERIAL:	UNIDADE	50	R\$	R\$



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

	PLÁSTICO. - MEDIDA DO PRODUTO: 134 CM (ALTUR) X 60 CM (LARG) X 56 CM (PROF). - PESO: 3,6 KG. - GARANTIA: 6 MESES				
00/011	BOLA CHOCALHO MACIA: BOLA COM SONS DE CHOCALHO. INCENTIVA A MOVIMENTAÇÃO DO BEBÊ. AUXILIA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA, PROPONDO DIFERENTES AÇÕES QUE ESTIMULAM A PERCEPÇÃO VISUAL, AUDITIVA E LÓGICA DE FORMA DIVERTIDA E LÚDICA. AS CORES PODEM VARIAR. CONTEÚDO DA EMBALAGEM 1 BOLA CHOCALHO. DIMENSÕES DO PRODUTO 10CM (DIÂMETRO DA BOLA). IDADE SUGERIDA A PARTIR DO NASCIMENTO. DIMENSÕES DA EMBALAGEM 12 X 11,5 X 11,5CM. GARANTIA 3 MESES MATERIAL DE PLÁSTICO	UNIDADE	250	R\$	R\$
00/012	CAMA ELÁSTICA: 4,27M ESTRUTURA 100% EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, INCLUSIVE AS HASTES DE PROTEÇÃO. LONA DE SALTO COM PROTEÇÃO UV E SEM EMENDA. * PROTEÇÃO DE MOLAS COLORIDA. * LONA DE SALTO COM PROTEÇÃO UV E SEM EMENDA. * ESTRUTURA 100% EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, INCLUSIVE AS HASTES DE PROTEÇÃO. * REDE DE PROTEÇÃO INTERNA EM MATERIAL MUITO RESISTENTE. * PERFEITA PARA USO PROFISSIONAL E DOMÉSTICO. USE EM SÍTIOS, CASAS, ESCOLAS, BUFFETS E MUITO * PUXADOR DE MOLAS INCLUSO. * MUITO FÁCIL DE MONTAR, NÃO POSSUI PARAFUSO. ACOMPANHA ESCADA. DIÂMETRO: 4,27M MOLAS: 88 ALTURA DO CHÃO ATÉ A LONA: 90CM IMPACTO: 400KG PESO MÁXIMO: 100KG DIMENSÕES (LXAXP): 427X200X427 CM PESO: 85000G	UNIDADE	5	R\$	R\$
00/013	CAMINHÃO CAÇAMBA : MATERIAL DE PLÁSTICO SUPER RESISTENTE IDADE RECOMENDADA A PARTIR DE 3 ANOS . CHASSIS COMPLETAMENTE ARTICULADO. DIMENSÕES DO BRINQUEDO (C X L X A): 12,5X11, 5X24, 5. FAIXA ETÁRIA: +12 MESES.	UNIDADE	400	R\$	R\$
00/014	CARRINHO DE BONECAS: ELE POSSUI DETALHES IGUAIS A DE UM CARRINHO DE VERDADE, COM REGULAGEM DE ALTURA DA ALÇA, E CESTINHO PARA GUARDAR OBJETOS EMBAIXO DO CARRINHO. ESTE PRODUTO TEM APROVAÇÃO DE SEGURANÇA DO INMETRO TRAZENDO CONFORTO E SEGURANÇA PARA A CRIANÇA. ESPECIFICAÇÕES: RECOMENDADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS DIMENSÃO APROXIMADA: 55CM	UNIDADE	400	R\$	R\$



Salgueiro
PREFEITURA MUNICIPAL

	DE C X 35CM L X 73CM A POSSUI ALÇA REGULÁVEL DE ATÉ 73CM PESO APROXIMADO: 1,5 KG TECIDO: POLIÉSTER MATERIAL: FERRO UNIDADE: 1 CARRINHO				
00/015	TRICICLO INFANTIL : A CRIANÇA VAI SE DIVERTIR DE MONTÃO COM O TRICICLO ! IDEAL PARA OS QUE ESTÃO APRENDENDO A DAR AS PRIMEIRAS PEDALADAS, É ROBUSTO, COM CORPO DINÂMICO, ASSENTO ANATÔMICO COM BAIXA DISTÂNCIA DO SOLO PARA MAIOR CONFORTO DA CRIANÇA E SEGURANÇA NA HORA DE SUBIR E DESCER DO TRICICLO, GARANTINDO O CONFORTO E A SEGURANÇA DOS PEQUENOS. PARA TORNAR O PASSEIO AINDA MAIS DIVERTIDO! ESPECIFICAÇÕES: - RECOMENDADO À PARTIR DE 18 MESES - DIMENSÕES DO PRODUTO: (CLA) 57 X 40 X 45 CM - PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 20 KG - CERTIFICADO DE SEGURANÇA: INMETRO IDADE MÍNIMA RECOMENDADA PELO FABRICANTE: + 24 MESES DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM (AXLXC): 38 X 23 X 49 CMDIMENSÕES APROXIMADA DO PRODUTO (CXLXA) 56,5 X 38,5 X 43 (S/ HASTE) CMDIMENSÕES APROXIMADA DO PRODUTO C/ HASTE: (A): 84,1 CM PESO MÁXIMO SUPORTADO: 25 KG COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO CHAVE COM SOM CREC CREC. ASSENTO ANATÔMICO INMETRO: 01 TRICICLO, 01 CARTELA DE ADESIVO, 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES AS CORES DOS DESENHOS DO PRODUTO PODEM VARIAR DE ACORDO COM O LOTE DE FABRICAÇÃO	UNIDADE	260	R\$	R\$
00/016	CAVALINHO UPA UPA INFLÁVIL: CAVALINHO UPA UPA É UM BRINQUEDO DIVERTIDO E QUE TAMBÉM AJUDA NA COORDENAÇÃO E NO EQUILIBRIO DA CRIANÇA. FEITO DE VINIL ATÓXICO DE ALTA QUALIDADE E INFLÁVEL ELE É PEQUENO, COMPACTO E NÃO OCUPA ESPAÇO NA SUA CASA, PODENDO TAMBÉM SER LEVADO PARA PASSEIOS OU VIAGENS, GARANTINDO ASSIM A DIVERSÃO DA CRIANÇA. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES: FEITO EM VINIL ATÓXICO DE ALTA QUALIDADE, DENSIDADE E INFLÁVEL NA EMITE SOM DE CAVALGADA MEDIDAS APROXIMADAS: 52CM (COMPRIMENTO) X 46CM (LARGURA) IDEAL PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANO AJUDA NA COORDENAÇÃO E NO EQUILIBRIO CONTEÚDO DO PACOTE: - 1 CAVALINHO	UNIDADE	200	R\$	R\$



	UPA UPA PULA PULA INFLÁVEL EM VINIL NA-1 DISPOSITIVO DE SOM PRODUTO NOVO				
00/017	COZINHA RIVA CHEF COMPLETA ROSA: COMPOSTA POR PIA, FOGÃO, FORNINHO MICROONDAS, PANELINHAS, PRATOS, COPOS E TALHERES E AINDA TEM RODINHAS NOS PÉS. DADOS TÉCNICOS; MEDIDAS: CXLXA (CM): 67 X 30 X 94 CM. PESO: 2,4 KG. IDADE SUGERIDA: ACIMA DE 3 ANOS. ACESSÓRIOS: 2 PANELINHAS, 2 PRATOS, 2 COPOS, 2 FACAS, 2 GARFOS, 2 COLHERES, 1 CONCHA, 1 ESPÁTULA. IGUAL OU SUPERIOR A CALESITA MATERIAL DE PLÁSTICO	UNIDADE	70	R\$	R\$
00/018	CUBOS EDUCATIVOS : CONJUNTO DE CUBOS . SÃO 10 PEÇAS COLORIDAS E MACIAS COM 6 ATIVIDADES EDUCATIVAS. PERMITE TRABALHAR O CONHECIMENTO DE NÚMEROS, DE LETRAS E OBJETOS, DADOS TÉCNICOS: MEDIDAS DO PRODUTO: 8 X 8 X 8 CM (CUBO). QUANTIDADE DE PEÇAS: 10 MATERIAL DE PLÁSTICO	UNIDADE	400	R\$	R\$
00/019	TELEFONE SONORO: O TELEFONE É SUPER DIVERTIDO. APERTE O BOTÃO E OUÇA O TELEFONE TOCAR. AS CRIANÇAS SE DIVERTEM NO MUNDO DO FAZ DE CONTA. COM O TELEFONE SONORO, ELAS SÃO INCENTIVADAS A CONVERSAR, ENQUANTO DESENVOLVEM A LINGUAGEM E TEM OS PRIMEIROS CONTATOS COM OS NÚMEROS. CONTEÚDO DA EMBALAGEM 1 TELEFONE SONORO. IDADE SUGERIDA A PARTIR DE 3 ANOS. DIMENSÕES DA EMBALAGEM 18,5 X 17 X 12CM. PESO: 300,00 G. PILHAS INCLUSAS. IGUAL OU SUPERIOR A ELKA MATERIAL: PLÁSTICO ATÓXICO	UNIDADE	200	R\$	R\$
00/020	FORMATO DEFINIDO DE BICHINHO OU QUALQUER OUTRO OBJETO. 7 SUPORTES DE APOIO DE CADA LADO. 4 SEGMENTOS CURVOS COM FUROS PARA VISUALIZAÇÃO INTERNA E COM POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO. 5 CONECTORES. 2 ESTRUTURAS CURVAS IGUAIS QUE FUNCIONAM COMO ENTRADA E SAÍDA, COM UM ADORNO NO FORMATO ESTILIZADO DE UMA CRIANÇA DE BRAÇOS ABERTOS. DIMENSÕES 2,06X1,10X1,10M MATERIAL PLÁSTICO ROTOMOLDADO	UNIDADE	100	R\$	R\$
					R\$
					VALOR TOTAL



Valor da total da Proposta R\$:

Proposta Válida por 60 dias

Nome completo do responsável pela assinatura do contrato:

CPF:

RG:

Endereço completo:

Dados bancários da empresa:

Declaro, incluso na proposta de preços, todas as despesas com tributos, fretes, seguros, taxas entre outras, que incidam sobre o objeto licitado.

XXXXXXXXXX-XX, XX de XXXXXX de XXXX.

Assinatura e carimbo da Licitante

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO N.º

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PARQUINHOS E BRINQUEDOTECA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALGUEIRO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS EM PLANILHAS CONSTANTE NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO, ESTADO DE PERNAMBUCO E A EMPRESA [_____], CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2022.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado o Município de Salgueiro/PE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 11.361.243/0001-71, com sede na Rua Joaquim Sampaio, 279, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado por seu Secretário(a) Municipal _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do CPF: [e do outro lado Empresa _____, empresa legalmente constituída, cadastrada no CNPJ: _____, com endereço na Rua _____, aqui denominado apenas FORNECEDOR, neste ato representado por _____, _____, _____, empresário, portador do CPF nº _____ e da Carteira de Identidade nº _____ - SSP-PE, residente e domiciliado na Rua _____, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas, nos termos das Leis Federais, nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e considerando a homologação do Processo Licitatório nº 164/2022 – Pregão Eletrônico nº 100/2022, publicada no Diário Oficial, têm entre si justo e acordado o seguinte:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de brinquedos para parquinhos e brinquedoteca das Escolas da Rede Municipal de Educação de Salgueiro, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
- 1.2. O FORNECEDOR se compromete a executar o fornecimento conforme as condições constantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 100/2022, em conformidade com a necessidade do ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 1.3. O fornecimento deverá estar em conformidade com o anexo VI do edital licitatório de que decorre a presente Ata de Registro de Preços. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas em edital, legislação vigente e em instrumento contratual próprio.
- 1.4. O descumprimento dos prazos de execução sujeitará ao fornecedor a multa estabelecida no edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 100/2022 para Registro de Preços.
- 1.5. O FORNECEDOR deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 1.6. O FORNECEDOR fica obrigado a informar o Município de Salgueiro, a qualquer momento, caso os produtos registrados sofram diminuições de preços, para que o Registro seja atualizado.

2. DO VALOR

- 2.1. O preço ofertado pelo FORNECEDOR é de R\$ _____ especificado na proposta de preços contantes

no PROCESSO LICITATÓRIO N° 164/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 100/2022, no qual se inclui todas as despesas com tributos, fretes, seguros, entre outras, que incidam sobre o objeto licitado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A presente ata de registro de preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

4. PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

4.1. O fornecedor fica obrigado a realizar a entrega dos produtos nos prazos e quantidades indicadas na ordem de fornecimento, durante a vigência desta ata ou instrumento equivalente, firmados em decorrência da presente ata de registro de preços.

4.2. A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao FORNECEDOR a preferência em igualdade de condições.

4.3. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas na Lei n° 8.666/93

4.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

4.4.1. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5 - DAS PENALIDADES

5.1 - Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

5.2 – suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

5.3 – multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

5.3.1 - de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

5.3.2 - moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

5.3.3 - de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do serviço não executado - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da execução se dá no momento em que é atestado - hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste;

5.4 – A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para execução dos serviços, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

5.5 – Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica;

5.6 – Além das multas, à detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportas sede modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

5.6.1 - advertência;

5.6.2 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5(cinco) anos;

5.6.3 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6. DA RESCISÃO

6.1. A presente ATA poderá ser rescindida nas hipóteses arroladas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.

7. DO FORO

7.1. Nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes desta ata de registros de preços a Comarca de Salgueiro/PE, para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente termo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e contratadas as partes firma o presente em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas de direito.

Salgueiro, _____ de _____ de 2022.

CARLOS MARCELO ARAÚJO E SÁ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

[inserir razão social da empresa]

[inserir representante legal da empresa]

FORNECEDORA

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° ____/2022

AQUISIÇÃO A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PARQUINHOS E BRINQUEDOTECA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SALGUEIRO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS EM PLANILHAS CONSTANTE NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO, ESTADO DE PERNAMBUCO E _____, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO N° 164/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 100/2022.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Fornecimento que entre si celebram, de um lado o Município de Salgueiro/PE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 11.361.243/0001-71, com sede na Rua Joaquim Sampaio, 279, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário(a) Municipal _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do CPF: xxx e do outro lado Empresa _____, empresa legalmente constituída, cadastrada no CNPJ: _____, com endereço na Rua _____, neste ato representado por _____, _____, _____, empresário, portador do CPF n° _____ e da Carteira de Identidade n° _____-SSP-PE, residente e domiciliado na Rua _____, aqui denominado CONTRATADA. Considerando o disposto nas Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02, e demais normas pertinentes, e a homologação do PROCESSO LICITATÓRIO N° 164/2022, PREGÃO ELETRÔNICO N° 100/2022, publicada no Diário Oficial, têm entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de brinquedos para parquinhos e brinquedoteca das Escolas da Rede Municipal de Educação de Salgueiro, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR

Pelo objeto do presente instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), conforme disposto na proposta da CONTRATADA, adjudicada e homologada pelo CONTRATANTE.

Parágrafo único. No valor contratual estão inclusas todas as despesas com tributos, fretes, seguros, entre outras, que incidam sobre o objeto ora contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em decorrência do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2715- FICHA: 2105
2810- FICHA: 2128
2734- FICHA: 2242
2735- FICHA: 2255
2739- FICHA: 2282
2740- FICHA: 2286

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E FORMAS DE ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá executar o fornecimento e atender às seguintes condições:

§1º- Os produtos, objeto do fornecimento deste pregão deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Secretaria de educação, conforme solicitação desta, em horário de 08h00 às 16h00 previamente agendado na sede da secretaria ou endereço eletrônico: educacao@salgueiro.pe.gov.br, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da solicitação oficial, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, devidamente acompanhados da Nota Fiscal.

§2º- Fornecer os produtos, com embalagens fechadas sem avarias ou qualquer dano que prejudique a sua conservação.

§3º- Prestar serviço de assistência técnica gratuita, reparar e corrigir, durante o prazo de vigência da garantia, o produto que apresentar vícios, sem ônus para a Administração Municipal, conforme as condições previstas no Termo de Referência.

§4º- A Licitante vencedora obriga-se a fornecer os produtos objeto deste PREGÃO, em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência e na Proposta Financeira apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência pelo período de 12 meses, a partir da sua assinatura,. Podendo ser prorrogado de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

O objeto será recebido:

I - provisoriamente, pelo Setor de Compras da Secretaria (demandante), para verificação da conformidade com as especificações;

II - definitivamente, por servidor nomeado por meio de Portaria Específica, emitida pelo Sr. Carlos Marcelo Araújo e Sá, Secretário de educação, após conferência e verificação da conformidade do material entregue, com as especificações e quantidades constantes na proposta apresentada, e sua conseqüente aceitação.

§ 1º No caso de se constatarem irregularidades no Fornecimento dos serviços, a CONTRATADA será notificada para saná-las no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 8.666/93 respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

§ 3º Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O representante do CONTRATANTE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da juntada dos seguintes documentos:

I - nota fiscal original da CONTRATADA devidamente atestada por servidor designado por Servidor da CONTRATANTE;

I - certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, FGTS e INSS;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/11;

§ 1º Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

§ 2º O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

§ 3º As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da CONTRATADA.

§ 4º O crédito se dará por meio de Ordem Bancária com depósito em conta corrente da CONTRATADA.

§ 5º O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, se a execução não estiver de acordo com as especificações dispostas neste contrato e no Edital.

§ 6º O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

§ 7º Com fundamento no artigo 65, §5º, da Lei Federal nº 8.666/93, quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d", e §5º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I - cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste contrato, sujeitando-se às sanções nele estabelecidas e nas Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02;

II - manter, durante o período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 100/2022;

III - executar o objeto contratado de acordo com as especificações e prazo exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 100/2022;

IV - responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA;

V - executar o fornecimento de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, correndo por sua conta todas as despesas com tributos, taxas, encargos sociais, seguro e quaisquer outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços;

VI - arcar com as despesas de transporte de equipes da execução do fornecimento aos endereços indicados pelo CONTRATANTE;

VII - indicar formalmente preposto, visando a representá-la, perante o CONTRATANTE durante a execução do presente contrato;

VIII - responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus representantes,

inclusive por omissão destes, a agentes públicos ou a terceiros, nas dependências do CONTRATANTE;

IX - Sanar dúvidas, erros ou divergências do exigido no Edital do Pregão Eletrônico nº 100/2022, ou que desatenderem às especificações do objeto, sempre que necessário, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do chamado da responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual da CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I - pagar as faturas decorrentes da obrigação contratual avençada;
- II - encaminhar ao preposto da CONTRATADA as requisições para a execução contratual;
- III - acompanhar e fiscalizar a boa execução do Fornecimento e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive às penalidades contratuais e legalmente previstas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;
- IV - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;
- V - publicar o extrato deste contrato no Diário Oficial;
- VI - receber provisória e definitivamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES

O cometimento de irregularidades no Fornecimento do contrato administrativo sujeitará a CONTRATADA à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02.

§ 1º As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

I – multa, observados os seguintes limites máximos:

- a) pelo atraso na execução do Fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem não entregue;
- b) pela recusa em realizar a Fornecimento, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem;
- c) pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas da Fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do bem, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem não substituído/corrigido;
- d) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no Fornecimento, entendendo-se como recusa a Fornecimento não efetivado nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do objeto rejeitados;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nos 8.666/93, 10.520/2002 e 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratual, para cada evento;

II - impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Salgueiro, Estado de Pernambuco e descredenciamento do sistema de cadastro municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento do execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 2º A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

- I – atraso injustificado na execução do contrato;
- II – inexecução total ou parcial do contrato.

§ 3º O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.

§ 4º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

§ 5º O valor correspondente à multa será descontado da garantia prestada, retido dos pagamentos subsequentes devidos pelo CONTRATANTE em decorrência da execução contratual ou cobrado judicialmente.

§ 6º Objetivando evitar dano ao Erário, a Prefeitura poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

§ 7º As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

§ 8º Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 1º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A rescisão deste contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos; ou

II - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos casos dos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada; ou

III - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

§ 3º A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade máxima do CONTRATANTE.

§ 4º A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA

Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o Edital de Pregão Eletrônico nº 100/2022, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA, adjudicada e homologada pelo CONTRATANTE.

§ 1º A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 100/2022;

§ 2º Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais nos 8.666/93, 10.520/02 e 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTAGEM DOS PRAZOS

Nos termos do artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/93, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na sede do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações do CONTRATANTE à CONTRATADA, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICIDADE DOS ATOS

Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, os extratos do presente contrato e de eventuais aditivos serão publicados no Diário Oficial do Município (AMUPE) seguinte a sua assinatura.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - TERMO ADITIVO

Qualquer medida que implique alteração dos direitos/obrigações, aqui pactuados só poderá ser adotada mediante autorização por escrito das partes, e será obrigatoriamente ratificada por termo aditivo ao contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TOLERÂNCIAS

Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

Para dirimirem dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca deste município de Salgueiro, estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Salgueiro, _____ de _____ de 2022.

CARLOS MARCELO ARAÚJO E SÁ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATANTE

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]
CONTRATADA